



Compra coletiva agroecológica: uma experiência de rede alternativa alimentar no Rio de Janeiro

Agroecological collective purchase: an alternative food network experience in Rio de Janeiro.

CÂNDIDO, João Carlos¹; CINTRÃO, Bibi²; ANDRADE, Emmanuel Paiva

¹ Universidade Federal Fluminense, joaocarloscandido@id.uff.br ² Rede Ecológica Rio, bibicintrao@uol.com.br ³ Universidade Federal Fluminense, emmanueluff@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Sistema Agroalimentares e Economia Solidária

Resumo: O objetivo deste estudo é fazer uma reflexão teórica sobre os desafios dos movimentos de consumidores em torno da agroecologia a partir da observação participante na Rede Ecológica, um grupo de compras coletivas do Rio de Janeiro. O estudo mostra como, dentro das diferentes redes alimentares alternativas, os grupos de compras coletivas organizados a partir de princípios da economia solidária apontam potencial para as dimensões ecológicas e de saúde; socioeconômicas e culturais; sociopolíticas e emancipatórias. O resultado mostra ainda a necessidade de aprofundar os arcabouços teóricos e metodológicos para a análise desses arranjos e seus potenciais e limites.

Palavras-chave: agroecologia; consumo agroecológico. economia solidária. educação alimentar. coletivo de consumidores.

Introdução

A maior parte da reflexão teórica que vem sendo produzida em torno da expansão da agroecologia foca na sua viabilidade como forma de produção de alimentos, partindo da práxis de grupos de agricultores, em sua grande maioria de famílias camponesas, e de técnicos e pesquisadores em torno de manejos biotécnicos que permitam uma utilização sustentável e equilibrada dos recursos locais. Seu potencial enquanto um movimento social mais amplo e emancipatório é outro aspecto destacado. Embora venha crescendo o olhar para as práticas diferenciadas de consumo da produção agroecológica, em especial pelos consumidores urbanos, estes estudos, em sua maioria, articulam estas práticas com as estratégias de comercialização e escoamento da produção agroecológica e, conseqüentemente, da sua viabilidade econômica. No entanto, a importância da organização no polo consumo vem crescendo nos estudos da agroecologia, seja como experiências seja como reflexão teórica e metodológica, ampliando o olhar sobre estas formas de organização dos consumidores para além da função de comercialização e escoamento.

Este estudo é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento e propõe contribuir com a abordagem sobre as estratégias dos movimentos de consumidores urbanos, para além da função de comercialização da produção agroecológica, mas



também como uma prática social criadora de novas formas de se relacionar com a alimentação e com os diferentes atores do universo agroecológico como as famílias agricultoras e seus coletivos. Parte-se da premissa de que essas estratégias são desenvolvidas a partir de vários fluxos de influência mútua entre os atores. Se, por um lado, o aumento da procura por alimentos livres de agrotóxicos, a partir de um conceito associado à saúde, tende a gerar um incentivo à transição ecológica da produção, por outro, induz a novas práticas de organização social das famílias agricultoras e sua proximidade com consumidores urbanos, produzindo uma reconexão desses consumidores com o universo da produção, como a diversidade de alimentos, a reconexão com a sazonalidade, a descolonização da alimentação, além do maior conhecimento dos grandes dilemas da vida camponesa, como a concentração da propriedade da terra, as precariedades da infraestrutura, os limites aos acessos aos serviços públicos, etc.

A discussão teórica em torno da transformação da forma de consumo de alimentos e as pressões que surgem envolvendo questões de saúde e ambientais, geradas pelo modelo denominado de “revolução verde” a partir dos meados do século XX, tende a colocar um olhar mais ampliado sobre esse processo. Os arranjos e avanços do capitalismo sobre a produção de alimentos foram caracterizados por Friedmann (2006), como regimes alimentares mundiais no processo de “colonização” do capital sobre a produção e consumo de alimentos. Cabe destacar, para a nossa finalidade, o regime alimentar global que emerge no pós-guerra e que a autora define como um regime “industrial-mercantil” o qual, por meio de um processo de incentivo às exportações e “doações” de alimentos (com destaque para o trigo) desarticulou as produções locais e favoreceu mudanças nos hábitos de consumo. Esse regime sofre transformações a partir dos anos 1970 e 80, quando começa a configurar-se um regime de caráter corporativo, que aprofunda a dependência em relação a cadeias longas de produção em consumo. Os hábitos alimentares, em especial dos consumidores urbanos, foram fortemente afetados por uma uniformização das dietas e redução da biodiversidade dos alimentos e pelo afastamento do consumidor da sazonalidade e da regionalidade: com base numa artificialização da produção e do processamento e em transportes a longas distâncias, come-se as mesmas coisas o ano todo, nas mais diferentes regiões. Isso ampliou o fosso entre o urbano e o rural. E há uma tendência de alargamento do fosso entre consumidores privilegiados e pobres, de aumento da insegurança alimentar e nutricional de grande parte da população mundial, da exploração insustentável de recursos naturais e da perda de biodiversidade. (NIGGLI, SONNEVELT, KUMMER, 2023). FRIEDMANN (2006) destaca o papel dos movimentos sociais e ecológicos como motores de transformação dos regimes alimentares globais, com denúncias e críticas às suas consequências negativas ao meio ambiente, à saúde, à segurança alimentar, ao bem-estar animal, à justiça social. Por outro lado, organizações corporativas poderosas buscam se apropriar das demandas dos movimentos sociais, selecionando respostas que servem melhor à expansão de seus lucros e oportunidades de mercado gerando o crescimento de uma rede de empresas de alimentos orgânicos, o que a autora chama de “regime alimentar corporativo ambiental” (FRIEDMAN, 2006).



As respostas estão em disputa e os movimentos sociais exercem um papel relevante na produção de alternativas, entre as quais a agroecologia desponta. A agroecologia é entendida como uma combinação de elementos que “abrange características ecológicas de sistemas agroecológicos (diversidade, sinergias, eficiência, resiliência e reciclagem), características sociais (cocriarão e compartilhamento de conhecimento, valores humanos e sociais, cultura e tradições alimentares) e a viabilização de ambientes políticos e econômicos (governança responsável, economia circular e solidária)” (NIGGLI, SONNEVELT, KUMMER, 2023). Kathounian (2001), ao responder à questão sobre se a agricultura ecológica seria capaz de alimentar o mundo, coloca o desafio necessário de uma reeducação alimentar. Ele observa que seria necessária uma reconexão dos consumidores urbanos com a regionalidade e sazonalidade (KHATOUNIAN, 2001). Outro grande desafio é reverter as tendências de aumento no consumo de produtos de origem animal a preços mais baratos, oriundos de grandes produções industriais de animais, alimentados com rações à base de soja e grãos, causando graves desequilíbrios e conflitos socioambientais (WEIS, 2013).

Entre as respostas dos movimentos agroecológicos e de consumidores estão aquelas denominadas pela literatura de redes alimentares alternativas (AFN's – Alternative Food Networks), onde diferentes arranjos que privilegiam circuitos curtos entre produtores e consumidores, não apenas fisicamente, mas também em termos de informação e conexão entre esses polos. Esses diferentes modelos vêm sendo questionados em relação à sua capacidade de transformações mais estruturais no modelo hegemônico. Para tanto seria necessário, por parte dos movimentos sociais, “diferentes estratégias para tornar os cidadãos mais ativos, como a construção de formas alternativas de compra e troca; investimento em educação do consumidor; campanhas de conscientização e *lobby* político” (DAROLT, LAMINE, BRANDENBURGO, ALENCAR, ABREU, 2016). Além das alternativas de feiras do produtor, entrega de cestas, consumidores suportando agricultores (CSA), existem as alternativas de grupos de compras coletivas, organizados pelos consumidores em associações ou cooperativas de consumo buscando uma forma ativa e política no ato de consumir e se alimentar (CARNEIRO, 2012). Neste artigo, buscamos problematizar esse tema a partir da análise de um grupo de compras coletivas do Rio de Janeiro, no qual alguns dos autores são membros, buscando confrontar com a discussão teórica.

Metodologia

Este trabalho toma como base empírica a Rede Ecológica do Rio de Janeiro (Rede), que se identifica como um “movimento social que busca fomentar o consumo ético, solidário e ecológico”, indo além de um grupo de compras coletivas de produtos agroecológicos”, atividade que está no centro das suas ações ([HTTP://REDEECOLOGICARIO.ORG](http://REDEECOLOGICARIO.ORG), [S.d.]). Tomamos como base a observação participante de alguns eventos chave da organização da Rede, tanto referentes à



sua organização interna e ao funcionamento das compras coletivas quanto referentes a algumas ações como movimento social mais amplo.

Um destaque são as “reuniões de acolhida”, etapa obrigatória para a adesão de novos associados, nas quais são apresentados os princípios e o funcionamento da Rede, e entendidas as motivações dos novos membros. Foram observadas também reuniões de diversas comissões que integram a estrutura organizacional da Rede, como a “comissão gestora”, a “comissão de coordenação da campanha campo e favela de mãos dadas” e a “comissão de crédito solidário”.

Para a reflexão teórica, tomamos como referência o trabalho de Guzmán (2017), que destaca três dimensões teórico-metodológicas para a análise dos desafios da produção agroecológica: a dimensão tecnológica (relacionada aos avanços em novas práticas produtivas); a socioeconômica e cultural (em torno de organizações solidárias e fundamentadas no compartilhamento de conhecimentos); e a dimensão sociopolítica (com perspectiva da emancipação social) (GUZMÁN, 2017).

Resultados e Discussão

A Rede Ecológica tem em torno de 180 associados, na maioria famílias de classe média urbana que se organizam em núcleos de consumidores nos bairros. Um de seus principais objetivos é abastecer ao máximo seus consumidores com alimentos agroecológicos provenientes da economia solidária através das compras coletivas. Os produtos são originários de mais de 30 grupos e/ou famílias agricultoras/ produtoras. Os princípios para a inserção de produtos e produtores são a origem em produção familiar, com prioridade para grupos organizados em coletivos, o apoio prioritário a assentamentos da reforma agrária popular e vinculados a movimentos sociais. Os produtos devem vir da menor distância possível. Toda a gestão da sua atividade se dá por meio da autogestão dos próprios associados. A participação nessas atividades organizativas é premissa obrigatória.

Foi possível identificar diferentes motivações para a conexão à rede. Essas motivações foram agrupadas nas codificações de “alimento saudável”, “economia solidária” e “movimento social”, cada uma destas codificações agrupa diferentes argumentos conforme demonstrado na tabela 1. Foi possível associar essas motivações com as perspectivas teórico-metodológicas propostas por Guzmán (2017) para a agroecologia, o que aponta que há uma contrapartida necessária no movimento dos consumidores para o avanço da agroecologia, também como perspectiva teórica.

Códigos	Descrições	Perspectiva teórica (Guzman, 2017)
Alimento saudável	Alimento sem agrotóxico, puro; valor nutricional; saúde; menor impacto ambiental.	Ecológica e agrônômica produtiva. Transição produtiva, absorção de novas técnicas e práticas



Economia solidária	Relação justa com produtor; antagonismo ao sistema industrial e comercial de alimentos; autogestão; trabalho coletivo e voluntariado; hábitos alimentares.	Socioeconômica e cultural. Associações produtivas e com consumidores Compartilhamento de conhecimentos
Movimento social	Movimento dos agricultores e agricultoras; reforma agrária; segurança alimentar; agricultura urbana.	Sociopolítica e emancipação social Estratégias de intervenção e mudança na estrutura de poder.

Tabela 1: codificação e correlação teórica.

Os elementos agrupados no código “movimento social” foram destacados como motivação por novos integrantes apenas em um dos núcleos, onde as compras coletivas estão integradas com uma feira de produtores e com movimentos de luta contra a especulação imobiliária e em defesa da agricultura urbana. Neste núcleo, a atividade política, ou seja, o caráter de movimento social da Rede Ecológica, antecede o interesse pela aquisição de alimento: “Para a gente não faz sentido fazer parte da Rede sem se envolver com o movimento social”¹.

Por outro lado, a observação participativa das comissões de autogestão da Rede podemos observar um espectro de temas e preocupações desde os temas tidos como operacionais, que abrange as atividades de funcionamento das compras coletivas e sua logística dos pedidos e distribuições dos produtos e finanças, seguida de questões de apoio aos produtores nas suas demandas desde campanhas de investimentos em equipamentos até apoios políticos nas suas demandas locais, e, por fim em menor intensidade, temas de ação política e interface com movimentos sociais. Embora a Rede seja o único movimento de consumidores com representante no CONSEA (Conselho para a Segurança Alimentar) do município do Rio de Janeiro, observou-se uma baixa atenção para esse tema nas pautas. Percebe-se uma contínua tensão entre esses três eixos, disputando as agendas dos membros da rede, o operacional, questões sociais e culturais e as questões políticas. Dados que a operação das compras coletivas atende a uma demanda concreta no cotidiano das pessoas, acaba por absorver boa parte das energias e atenção da organização. Há um debate contínuo, nessas instâncias, sobre o nível de participação e engajamento dos consumidores associados, seja na autogestão da organização, seja no compartilhamento sociocultural e nos engajamentos nas ações solidárias e políticas. O dilema se dá, por um lado, pela necessidade de se manter um volume de consumidores associados que viabilize o escoamento dos produtos com relevância para os produtores e, por outro, a exigência do engajamento na autogestão e no campo social e político. Essa controvérsia aponta o desafio de transformar uma ação cotidiana de alimentar-se com alimentos saudáveis, convertendo em estratégia de transformação social e ecológica mais ampla, revela ainda algumas das possibilidades e limites desse modelo de organização.

¹ Depoimento colhido de uma articuladora do núcleo.



Conclusões

Foi possível perceber que o modelo de compras coletivas associadas a autogestão e com uma visão de movimento social que a Rede Ecológica se propõe perpassa as várias dimensões apontadas pelos estudos sobre as redes alimentares alternativas (AFN's), no sentido de mobilizar seus membros, embora com intensidade diferente, para as dimensões de alimento saudável, princípios da economia solidária na sua organização, cultura alimentar e intervenção política. Essa gama de pretensão da Rede a torna uma organização de maior complexidade e com vários dilemas e tensões entre esses polos. Se correlacionarmos com outros modelos de AFN's como feira do produtor, distribuição de cestas, compras na propriedade e CSA's (consumidores suportando agricultores) os grupos de compra coletiva, quando associado a uma organização autogestionária, com princípios da economia solidária, apontam para um movimento de consumidores com maior potencial emancipatório na sua relação com os movimentos das famílias agricultoras. O estudo nos aponta também a necessidade de se ampliar um arcabouço teórico e metodológico para análise dos movimentos de consumidores em torno da agroecologia, assim como tem sido elaborado para os movimentos sociais. A reflexão sobre os acúmulos de conhecimento gerados nesses grupos se faz fundamental para se contrapor à uma captura do consumo agroecológico pela lógica mercantil e das corporações capitalistas. Esse é um campo que está em disputa na emergência de um novo regime alimentar internacional, que, ao fim e ao cabo, se deve contrapor com múltiplos regimes alimentares regionais e locais.

Referências bibliográficas:

- CARNEIRO, Camila B. M. **COMPRAS COLETIVAS DE PRODUTOS ORGÂNICOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: um estudo de caso da rede ecológica (RJ)**. 2012. 215f (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDENBURG, Alfio; ALENCAR, Maria de C. F.; ABREU, Lucimar S. Alternative Food Networks and new Producer-Consumer Relations in France and in Brazil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 1–22, Jun 2016.
- FRIEDMANN, Harriet. From Colonialism to Green Capitalism: Social Movements and Emergence of Food Regimes. **Research in Rural Sociology and Development**, Vol. 11, pp. 227-264, 2005.
- GUZMÁN, Eduardo S. Sobre as perspectivas teórico-metodológicas da Agroecologia. **Redes - Santa Cruz do Sul**: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 14–30, 2017.
- KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. [S.l.]: Agroecológica, Botucatu, 2001. 345 p.
- NIGGLI, Urs; SONNEVELT, Martijn; KUMMER, Susanne. Pathways to Advance Agroecology for a Successful Transformation to Sustainable Food Systems. *In*: BRAUN, J.; AFSANA, K.; FRSCO, L. O.; HASSAN, M. H. A. **Science and Innovations for Food Systems**



Transformation. [S.l.]: Springer International Publishing, p. 341-359, 2023. Disponível em [Science and Innovations for Food Systems Transformation | SpringerLink](#). Acesso em 18 de junho de 2023

WEIS, Tony. The meat of the global food crisis. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n 1, p. 65-85, 2013. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/263598739_The_Meat_of_the_Global_Food_Crisis . Acesso em 25 de junho de 2023